

A AVALIAÇÃO DO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM RELATO DAS EXPERIÊNCIAS DO PROGRAMA TODOS PELA ALFABETIZAÇÃO (TOPA) NO ESTADO DA BAHIA

Maria Antonia Brandão de Andrade

mantoniaba@gmail.com

Mônica Celestino Santos

monicacs75@hotmail.com

Renato Santos do Nascimento

nascirenato@gmail.com

Resumo: O trabalho é um estudo do Programa Brasil Alfabetizado, através do relato de experiências do programa subsidiário deste – o Todos pela Alfabetização (TOPA) – para educação de jovens, adultos e idosos do Estado da Bahia. Faz uma reflexão sobre os aspectos conceituais, filosóficos e operacionais do programa estadual, que se baseia na metodologia de Paulo Freire, bem como uma análise do perfil de educadores e alfabetizados de 43 dos municípios envolvidos nesta iniciativa.

Palavras-chave: EJA; TOPA; Bahia

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, apesar dos esforços desenvolvidos pelos governos e sociedade civil, os índices de evasão, repetência e abandono escolar, em especial na Bahia, continuam elevados. A determinação constitucional de garantia do acesso da população à escola pública de qualidade demanda esforços para assegurar infra-estrutura, recursos materiais, transporte, merenda e formação em nível superior de professores de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio no Brasil. No caso da educação de jovens e adultos, é necessária a intervenção efetiva dos governos federais, estaduais e municipais, considerando os índices de analfabetismo em todo território brasileiro (11,1%).

Uma breve reflexão acerca da história educacional brasileira nos revela que a educação de jovens, idosos e adultos sempre ocupou papel de pouca relevância no âmbito das políticas desenvolvidas pelo Estado. A ausência ou a deficiência do uso adequado da escrita por parte significativa da população com idade acima de 15 anos é um fenômeno que atua na manutenção da desigualdade social, que tão bem caracteriza a sociedade brasileira, afinal, ler, compreender e escrever são habilidades humanas que definem e estabelecem as relações de poder e a participação/exclusão da sociedade.

Procurando uma intervenção mais direta pela solução deste problema, o governo federal lançou o Programa Brasil Alfabetizado, ao qual o governo do Estado da Bahia aderiu em

2007, quando alfabetizou 100 mil pessoas. Em solo baiano, sob a coordenação da Secretaria de Educação (SEC), a iniciativa passou a ser denominada Programa Todos pela Alfabetização – TOPA e já funciona em 382 municípios. A meta é atingir, até 2010, 1 milhão de pessoas com 15 anos ou mais.

Seu objetivo é promover a educação para jovens, adultos e idosos baianos, assegurando o seu ingresso e permanência na escola regular e as oportunidades necessárias para o domínio da escrita e leitura, para sua inclusão social, política, econômica e cultural. Especificamente, o Programa visa: reduzir o índice de analfabetismo na Bahia; assegurar à população de 15 anos ou mais condições para a continuidade de seus estudos; realizar ações que contribuam com o desenvolvimento social e econômico da população; apoiar os municípios na melhoria dos seus indicadores educacionais; firmar parcerias com os municípios para a execução do programa; articular governo e sociedade numa ação política de melhoria de condições de vida da população (SEC/BA-TOPA, 2009).

Para o cumprimento da meta, a SEC conta com o apoio de entidades governamentais e não-governamentais, dentre as quais entidades de classe, sindicatos, associação de moradores, entidades religiosas (os sujeitos/perceiros), além das instituições de ensino superior, que atuam como unidades formadoras (UF). Tais unidades oferecem a formação de profissionais para atuação como alfabetizadores, coordenadores de turma, intérpretes de libras e sinais, além de acompanhar e avaliar o trabalho destas pessoas nos municípios sob a sua responsabilidade, visando asseverar a aplicação da metodologia educacional e a alfabetização dos educandos.

Neste artigo, fazemos a análise dos indicadores sociais verificados nas atividades realizadas por uma faculdade da Bahia, entre novembro de 2008 e junho de 2009, no que se refere à formação de alfabetizadores e coordenadores de turma na primeira fase do curso (neste caso, ministrado em duas etapas, uma com 40 e outra com 20 horas) e, também, à supervisão e ao acompanhamento das ações pedagógicas *in loco*, em 43 municípios - especialmente do Sertão¹ -, contemplando 2.938 pessoas.

2 O RELATO DA EXPERIÊNCIA: DA FORMAÇÃO DE EDUCADORES À POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO

A primeira responsabilidade de uma UF é a formação dos profissionais que irão viabilizar a alfabetização dos jovens com 15 anos ou mais, com diversos perfis econômicos, sociais e culturais, originários de municípios indicados pela SEC. Compete à unidade planejar, organizar e realizar as etapas dessa formação, que inclui a escolha dos docentes - de preferência com experiência em educação de jovens e adultos, visando a melhor aplicação de fundamentos, princípios e estratégias metodológicas do programa. Na unidade analisada, as atividades foram divididas em duas etapas, a primeira com 40 horas e a segunda, com 20.

A concepção do projeto e da metodologia da formação baseou-se na Pedagogia de Paulo Freire, compreendendo a alfabetização de jovens, adultos e idosos como um processo imprescindível na construção da cidadania e da liberdade do homem. Assim, o projeto pedagógico da UF e do próprio TOPA busca a formação de alfabetizadores e coordenadores de turma voltada ao desenvolvimento do espírito crítico e reflexivo fundamentado na consciência histórica. O conteúdo contemplou prática e teoria, estabelecendo um diálogo imediato entre os educadores participantes e o mundo das letras, com o objetivo de permitir a ele a conquista de autonomia, o que, normalmente, não lhe é permitida no processo ensino-aprendizagem, ou seja, da autonomia de dialogar com o universo dos seus alfabetizandos, possibilitando-lhes ler e escrever sobre sua história, sua cultura, seu mundo.

Outros aspectos, também, foram considerados: o diálogo entre prática e teoria; a politização do alfabetizando; a alfabetização como um processo que vai da observação à reflexão, da reflexão à readmiração, da readmiração à ação, e que resulte na eminência de indivíduos politizados e conscientes do seu papel na sociedade; a construção do processo de aprendizagem indissociável da leitura de mundo; e a crença de que as pessoas podem libertar-se dos limites estabelecidos pelo analfabetismo, recriando e re-significando o que está ao seu redor, a partir da leitura e escrita.

2.1 PERFIL DOS MUNICÍPIOS, EDUCADORES E ALFABETIZANDOS

O quadro educacional na Bahia é grave: 18,6% da população com 15 anos ou mais é considerada analfabeta. Pior: se for considerada a situação de pessoas que sabem ler e escrever, mas, muitas vezes, sequer interpretam um bilhete, a taxa sobe para 35,6%. O índice é mais elevado na zona rural (39,5%), onde as escolas ficam a léguas de distância da maior

parte das casas e crianças ajudam aos pais na lida no campo, para garantia da sobrevivência, em detrimento da educação. O quadro, entretanto, tem sido atenuado, em decorrência de políticas governamentais e investimentos em educação. Em 1999, por exemplo, o analfabetismo atingia 24,7% da população (PNAD/IBGE, 2006).

Nos 43 municípios da área de abrangência deste estudo, a população total é de 629.685 habitantes, residentes nas zonas urbana e rural (SEC/BA, 2009). A maioria tem 15 anos ou mais. As principais atividades econômicas são agricultura, pecuária, extrativismo e comércio. Em geral, há carência de investimentos públicos em asfaltamento, saneamento básico, energia, distribuição de água, transporte e telefonia, a despeito da riqueza cultural manifestada pelos mais diversos segmentos sociais.

Nesta área, 2.682 alfabetizadores e 256 coordenadores de turma participam da edição 2008 do TOPA. Não há registro de atuação de intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (Libras), que seriam voltados à alfabetização de surdos. Os municípios com maior quantidade de pessoas formadas para atuar - Gandu (352), Biritinga (319) e Saúde (210) - não necessariamente coincidem com aqueles de maior incidência do analfabetismo, pois a participação está relacionada à mobilização da comunidade para adesão ao TOPA e à oferta de educadores dispostos a trabalhar.

Os alfabetizadores e coordenadores são, predominantemente, pessoas de baixa renda ou sem qualquer renda, trabalhadores da agricultura, pecuária ou extrativismo, com e sem o ensino médio completo. Muitos ingressaram no TOPA movidos pela possibilidade de assegurar renda fixa e, por conseguinte, dos direitos fundamentais das suas famílias, como a alimentação e habitação, já que o projeto concede bolsa mensal àqueles que atuam contra o analfabetismo no Estado (RELATÓRIO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE 40 HORAS DO PROJETO TOPA/UF, 2009).

Tal especificidade explica, em parte, o fato da maioria dos participantes nunca ter tido experiência em projetos de educação desta natureza. Contudo, no grupo, há aqueles que fazem ou concluíram cursos técnico-profissionalizantes e até superiores em educação, além daqueles que já atuaram no programa Alfabetização Solidária (criado em 1997, pelo fórum civil Comunidade Solidária) e em congêneres.

Observa-se a preponderância do sexo feminino, o que, possivelmente, tem relação com o fato de que, nos rincões da Bahia, ainda, vive-se sob a perspectiva de que a educação é função da mulher, enquanto o sustento da família é atribuição do homem. Outra hipótese é de que isso ocorre porque as mulheres, em geral, têm mais tempo de escolarização - 8 anos de estudo, contra 7,8 dos homens (SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS, 2008) -, atendendo à exigência de ensino médio concluído determinada pelo governo, e, por outro lado, são mais atingidas pelo desemprego e recebem menores salários que os homens, o que pode levá-las a aceitar mais facilmente as condições de trabalho e o valor da bolsa (pouco mais que metade do salário mínimo para alfabetizadores).

Há predomínio de afrodescendentes, aspecto já esperado em decorrência da Bahia ser o Estado brasileiro com o maior percentual populacional de negros e pardos (78,6% dos 14,1 milhões de baianos) e destas pessoas serem maioria entre os desempregados e receberem remuneração aquém da dos brancos (em 2006, a hora de trabalho desta população na Bahia equivalia a apenas 56,52% daquilo pago ao branco), fatores que desencadeiam a busca de renda fixa ou complementação da renda. Portanto, esta maioria afrodescendente tornou-se responsável pelo letramento da população de 15 anos ou mais que não sabe ler e escrever, também, majoritariamente, constituída por pessoas com esta mesma origem étnica, pois, na Bahia, negros e pardos são mais atingidos pelo analfabetismo do que brancos. No Estado, 18,8% dos negros e 19,3% dos pardos, com 15 anos de idade ou mais, são analfabetos, contra média de 15,8% dos brancos (SÍNTESE, 2008).

Jovens e adultos, com menos de 30 anos, são maioria neste grupo estudado (DIRETRIZES, 2009). Mas, a despeito de se exigir oficialmente idade de 18 anos ou mais e ensino médio completo, registra-se casos de candidatos a alfabetizadores menores de 18 anos e sem a escolaridade mínima recomendada, que, em geral, aproveitam-se da inexistência de voluntários com o perfil determinado e condições de assumir a tarefa em localidades longínquas. Diante do quadro, a SEC, através de suas diretorias regionais, autorizou o ingresso no TOPA de pessoas com o ensino médio em curso e que demonstram reunir habilidades e competências para o exercício do magistério.

A diversidade de escolaridade, origem e experiências e a inexistência, na maioria das localidades, de um processo seletivo para escolha dos educadores determinaram que o perfil dos participantes seja heterogêneo, quanto à construção dos níveis de leitura e escrita e ao

domínio elementar de geografia, história e princípios e diretrizes do TOPA. A maioria tem clara dificuldade para grafia de palavras, pontuação, concordâncias verbal e nominal e até constituição lógica dos parágrafos para apresentação de idéias, demandando a promoção de atividades específicas no decorrer do curso de formação, embora seja impossível solucionar problemas desta natureza em poucas horas de atividades. Houve até ameaça de desistência por dificuldade de aprendizado e baixa-estima, assim como tentativas de apropriação do TOPA como instrumento de barganha política (RELATÓRIO DA UF, 2009).

Já as turmas dos municípios analisados são compostas por, no máximo, 25 estudantes, a maioria do sexo feminino e afrodescendente. A predominância é previsível, considerando-se que mulheres, em geral, voltam-se mais aos estudos do que os homens e que têm vida mais duradoura e que negros e pardos são maioria entre os não-letrados, como afirmado acima. Em visitas às salas de aula, percebe-se que as turmas diferenciam-se quanto à idade: em uns municípios, prevalecem jovens e, em outros, idosos. Muitos sequer entraram na escola um dia, foram cerceados deste direito constitucional por necessidade de trabalhar no campo para ajudar no sustento da família, por falta de salas de aula próximas às suas casas, porque seus pais julgavam o estudo secundário na vida de quem vive na roça ou, na idade adulta e velhice, por vergonha do julgamento da ação por terceiros.

Há, ainda, registro de heterogeneidade quanto ao letramento, pois pessoas sem qualquer iniciação ao processo de alfabetização dividem espaço com colegas semi-alfabetizados, o que exige do educador planejamento e habilidade para conduzir atividades que possam potencializar o conhecimento dos dois grupos. Assim ocorre, por exemplo, em Nazaré, no Recôncavo, onde há adolescente freqüentando o nono ano do ensino fundamental no sistema regular e simultaneamente a uma das turmas do TOPA, para solucionar seus sérios problemas de alfabetização.

3 IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

Nos municípios estudados, a aplicação das diretrizes, dos princípios e da metodologia previstas pela UF e pelo TOPA e o envolvimento dos educadores com a proposta variam de uma turma para outra, por fatores como o comprometimento e a motivação com o programa e a dificuldade para a garantia de infra-estrutura e recursos materiais necessários à educação. Entre as principais limitações diagnosticadas, estão a escassez ou até total ausência de

mobiliário e espaço físico adequados para o desenvolvimento de atividades pedagógicas, a falta de acesso ao material didático previsto pelo projeto (caderno, lápis, borracha etc.) antes do início das aulas, assim como o acesso restrito à merenda escolar, aos óculos e a meios de transporte para deslocamento, sobretudo, na zona rural.

Há turmas abrigadas na casa de alfabetizandos e até em casas de farinha; iluminadas por lamparinas e candeeiros cedidos por terceiros; sem cadeiras suficientes para acomodação de todo o grupo. Inúmeros educadores e educandos se deslocam a pé, por quilômetros, diariamente, para que as aulas ocorram. Por falhas no processo licitatório, até junho de 2009, o material didático não havia chegado às mãos dos estudantes. A merenda gratuita poderia ser um atrativo a mais para fixar o trabalhador em sala, mas a remessa da edição 2008, até junho de 2009, não havia chegado às turmas, devido atraso no repasse da Secretaria de Educação para as prefeituras e escolas de médio porte responsáveis pela aquisição dos alimentos. Por causa da dificuldade de contratação de médicos no interior, com remuneração pela tabela do Sistema Único de Saúde, a promessa de oferta de exame oftalmológico e distribuição de óculos gratuitos, também, não foi cumprida até junho de 2009, na maioria dos municípios.

Educadores e entidades mantenedoras das turmas são responsáveis por providenciar e organizar espaço físico, móveis e transporte para uso no programa, com investimento de recursos próprios ou por meio da articulação com o poder público e instituições da sociedade civil organizada. Contudo, muitas vezes, faltam verbas para aplicação direta e habilidade para a negociação com terceiros a cessão de tais recursos.

Tais questões poderiam ser solucionadas através de parcerias com as prefeituras, mas, em muitos municípios, líderes sociais não negociam com prefeitos e vereadores por divergências político-partidárias. Em decorrência disto, há registro de situações inusitadas: em Várzea do Poço, por exemplo, as turmas geridas pela Prefeitura têm aulas em escolas da rede pública municipal, recebem lanche diariamente e têm acesso a material didático cedido pelo poder público, enquanto aquelas mantidas por uma entidade local, administradas por oponentes do prefeito, funcionam até na casa de educandos, não têm merenda e contam apenas com material improvisado pelos professores. Quando o consenso supera as querelas, em geral, consegue-se reunir condições de trabalho compatíveis, como em Itapicuru, onde a turma do acampamento do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra recebeu materiais de lideranças do partido Democratas.

As condições inadequadas causam desânimo e certa desconfiança em relação ao TOPA e, também, geram a dispersão dos estudantes tanto quanto fatores econômicos e culturais, como o direcionamento da energia das famílias para o plantio e a colheita e o hábito de assistir a telenovelas noturnas, depois do dia de trabalho, em detrimento de quaisquer outras atividades. Porém, os desafios têm sido superados graças à conscientização, à criatividade, ao espírito empreendedor e à solidariedade, sobretudo, dos educadores. A bolsa tem servido para custeio de aluguel de imóvel para realização das aulas e de mototáxi - único meio de transporte com condições de tráfego em determinadas áreas - e compra de lamparinas. Em alguns municípios, o impacto da falta de merenda é atenuado com o emprego da verba residual da etapa de 2007 para a aquisição de alimentos para os ingressantes de 2008 ou com doação pelos próprios educadores e estudantes de ingredientes para as refeições, como ocorre em Biritinga.

Naquele município do Sertão baiano, os docentes reduziram a evasão formando pequenos grupos para ministrar as aulas na casa dos alfabetizandos, evitando que eles se deslocassem por longas distâncias e não se expusessem às eventuais críticas por estarem somente agora aprendendo a ler e escrever; locam motocicletas para locomover-se no campo; e levam ventilador próprio para aliviar o calor da turma. A quilômetros de distância, no povoado de Pocinho (Várzea da Roça), uma professora transformou a garagem da família na escola e, todos os dias, dá aulas para duas turmas utilizando uma gambiarra para iluminar os livros, uma das paredes para escrever as explicações e tarefas, e, ainda, todos os assentos da casa para acomodação dos seus alunos, a maioria idosos. Lá, ela alivia o cansaço fazendo rodas de prosa embaixo das árvores e escreve as lições com letras grandes, para que mesmo aqueles com dificuldades visuais possam enxergar.

Na sede de Várzea da Roça, outra professora pode servir como exemplo. Ela produz o material didático com produtos recicláveis (embalagens, revistas e livros usados etc.) e aproveita as manifestações culturais dos alfabetizandos, para evitar que a falta de envio dos kits pela Secretaria impeça a condução do processo de alfabetização na sua turma, também composta sobretudo por idosos. Notadamente, ela aplicou os princípios do TOPA e a pedagogia de Paulo Freire, com as adaptações demandadas pelo público-alvo.

Com estas e outras iniciativas, os resultados começam a despontar. A partir do primeiro mês de aulas, já era possível identificar inúmeras pessoas que haviam aprendido a escrever seus

nomes e até a grafar os nomes de familiares, assim como a efetuar operações matemáticas de pequena complexidade. Ainda em Várzea da Roça, há uma turma em que um rapaz com apenas 20% da visão e uma senhora cega de um olho aprenderam a assinar no primeiro mês de aulas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta política e pedagógica do TOPA sugere a articulação de poder público e sociedade civil no processo de alfabetização. Devemos elencar, de antemão, alguns desafios observados no campo, em relação aos sujeitos/parceiros envolvidos no programa. A adesão de prefeituras, movimentos sociais e entidades religiosas, assim como a articulação destes sujeitos com as diversas atividades do TOPA, é, talvez, o principal desafio dos gestores, alfabetizadores e coordenadores de turmas do programa. Estes sujeitos têm o compromisso de articular a formação das turmas, cadastrar responsabilmente os alfabetizadores e coordenadores, e providenciar o espaço físico para as aulas, ou seja, devem articular-se com outros parceiros, para garantir o pleno funcionamento das atividades.

Estas parcerias funcionariam de fato se os sujeito conhecessem plenamente os seus direitos e obrigações e a proposta política e pedagógica do Programa, mas observamos exatamente o contrário. Observamos que as motivações destas organizações pouco tem de sagrado ou responsabilidade social, pois elas são, na maioria das vezes, estimuladas pelo espírito político e definidas em função do poder de interesses particulares dos sujeitos/parceiros envolvidos. A idéia de parceria ganha contornos muito específicos, conforme os conflitos políticos e econômicos de cada município.

A alfabetização através do TOPA pode estar ameaçada por conta dos problemas elencados acima. Consideramos oportuna e necessária a parceria entre o Estado e a sociedade civil na realização de programas como o TOPA, mas é necessário que as motivações e disposições dos sujeitos/parceiros estejam em harmonia com o espírito transformador da sociedade e revertam-se em um processo educacional de qualidade e responsável. A proposta é que a iniciativa afirme-se e expanda-se como um programa de caráter político, social e cultural, mas sem perder jamais o espírito pedagógico.

Como exemplo, registra-se ações estratégicas de parcerias que têm dado certo em alguns municípios. Em Santaluz, onde a Prefeitura e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais inicialmente permitiam que divergências políticas interferissem no desenvolvimento das atividades de alfabetização, o diálogo e o compromisso com a educação prevaleceram e hoje há uma certa reciprocidade entre eles. Além dessa parceira, o Sindicato negociou com lojas de produtos óticos e clínicas oftalmológicas para que os alfabetizando possam fazer seus exames e adquirir óculos com preços acessíveis e até o parcelamento do pagamento. Na agência do Banco do Brasil, a associação classista e a Prefeitura criaram um espaço de aulas e o BB cedeu funcionários e equipamentos (como caixas eletrônicas) para auxílio aos educadores em atividades práticas para aprendizado do manuseio de dinheiro, das máquinas e da papelada bancária. Muitos experimentam, neste dia de aula prática, o exercício da sua plena cidadania.

Em Ajustina, a Secretaria de Educação, que tem suas próprias turmas, é parceira de outras entidades do município, auxiliando-as com o fornecimento de merenda escolar, material didático e espaço para as aulas. Em Cansação, a Igreja Católica reproduziu os livros didáticos e distribuiu entre as turmas das entidades parceiras do Programa no município, para atenuar o atraso na entrega do material. Já em Várzea da Roça o que se observa é a responsabilidade do Sindicato dos Trabalhadores Rurais: os representantes da organização acompanham, sistematicamente, os trabalhos dos coordenadores de turma e fazem esporadicamente visitas às salas de aula, tanto na zona rural quanto na urbana.

Nestes municípios, a idéia de parceria toma a forma que melhor lhe define: união de indivíduos/sujeitos/entidades que visam um objetivo comum, onde o diálogo prevalece e desempenha papel de extrema relevância no processo de construção da cidadania, liberdade, espírito crítico e reflexivo de homens e mulheres que somente agora estão tendo acesso a um direito que a Constituição Federal (BRASIL, 1988) lhes assegura. Aliás, a Constituição ressalta estas parcerias como fundamentais para o pleno desenvolvimento da pessoa humana (BRASIL, 1988, Art. 205). Portanto, as parcerias devem, em primeira instância, ser compreendida como um bem comum, que deve ser cuidado com responsabilidade e compromisso social, garantindo o desenvolvimento pleno da pessoa humana.

Alfabetizar 1 milhão de pessoas de 15 anos ou mais até 2010 é uma meta audaciosa, levando-se em conta os obstáculos vistos na região analisada. São problemas de natureza política, de

cumprimento dos prazos para repasse de recursos, de formação adequada dos alfabetizadores e coordenadores de turma, enfim, de capital humano com a disponibilidade, formação e compromisso necessário para conduzir o TOPA. Também, nos preocupa a continuidade das atividades educacionais para os jovens, adultos e idosos beneficiados pelo Programa após 2010, que já se aproxima. A ameaça torna-se mais angustiante por conta de uma possível alternância de governo e, conseqüentemente, possíveis mudanças nos programas voltados para a educação.

¹ No Sertão baiano concentram-se os maiores índices de analfabetismo da Bahia, por isso a atual gestão estadual elegeu esta área como prioritária para as políticas públicas sociais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília-DF, 1988.

BRASIL. **Lei 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 22 julho. 2004.

BRASIL. **Resolução CD/FNDE No. 36, de 22 de julho de 2008; Resolução CD/FNDE No. 40, de 4 de setembro de 2008**. Versão Consolidada. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 22 julho 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Dados Populacionais**. Disponível: www.ibge.gov.br. Acesso em: 19 julho 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Indicadores Educacionais 2006**. Disponível: www.ibge.gov.br. Acesso em: 19 julho 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**, 2006. Disponível: www.ibge.gov.br. Acesso em: 19 julho 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**, 2008. Disponível: www.ibge.gov.br. Acesso em: 19 julho 2009.

RELATÓRIO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE 40 HORAS DO PROJETO TOPA/UF, 2008. Valença, BA: Faculdade Zacarias de Góes, junho de 2009.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA. **Diretrizes Gerais do Projeto Topa**. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 22 julho 2009.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA. **Indicadores do Censo Demográfico de 2000, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica 2005/2007 e Resultados do Censo Escolar 2007**. Disponível: www.sec.ba.gov.br. Acesso em: 19 julho 2009.
